

FMI divide os governadores

RECIFE — A volta do Brasil ao FMI continua dividindo o PMDB: dos quatro governadores presentes à reunião ordinária do Conselho da Sudene, realizada ontem, dois defenderam a retomada das negociações com o organismo internacional, enquanto outros dois condenaram. Apóiam a idéia do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que deseja recorrer ao Fundo, Newton Cardoso (MG) e Geraldo Melo (RN). Miguel Arraes (PE) e Fernando Collor de Melo (AL) são contra.

— Quem é contra está sendo apenas para ser do contra — disse o governador mineiro, Newton Cardoso, para quem recorrer ao FMI é a única forma de o país conseguir o *dinheiro novo* de que necessita para equilibrar suas contas. “Dinheiro não tem cor nem pátria”, disse ele, acrescentando que o FMI mudou sua política, não agindo mais como um órgão que impõe políticas recessivas e que policia os países que utilizam seus recursos. “No tempo da Ana Maria Jul, realmente, não era um bom negócio pegar dinheiro no Fundo. Agora é”, acrescentou.

O governador de Alagoas, Fernando Collor, foi enfático na condenação: “O FMI continua sendo um organismo que obriga os países a adaptarem suas políticas internas aos seus ditames. E isso, na minha opinião, é hipotecar nossa soberania” — disse Collor de Melo, acrescentando que espera oportunidade para ser ouvido pelo ministro sobre o assunto. “Em princípio, fico preocupado, pois faz parte do ideário do nosso partido a recusa de qualquer política que resulte em recessão, na queda do nível de emprego e na piora da distribuição de renda”, disse Collor.

Tão crítico quanto Collor é o governador Miguel Arraes, que só acharia vantajoso ir ao Fundo “se fosse para ouvir o perdão dos débitos do país”. Arraes sustenta a tese de que o Brasil precisa fazer uma rigorosa auditoria sobre a dívida externa para saber o que realmente é devido. “Feito isso, partiríamos para uma negociação de caráter político da dívida” — acrescentou o governador pernambucano, que vê o FMI como “um instrumento opressor dos povos”.